

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



NÃO QUEREMOS UMA EMPRESA QUE ENCOLHE!

Muitas das ações tomadas pela direção da Copasa eram esperadas, depois de 12 anos de sucateamento da empresa pelas gestões tucanas.

O que vai acontecendo agora, no entanto, nos preocupa profundamente. Plano de desligamento voluntário sem reposição de vagas, pressão sobre trabalhadores após o processo de reestruturação que visa diminuir custos e, conseqüentemente, encolher o tamanho da Copasa.

Apesar de lutarmos contra iniciativas de prefeitos entreguistas, que tentam premiar a iniciativa privada com serviços de saneamento, falta à Copasa aumentar sua estrutura operacional para garantir o atendimento dos municípios com a histórica marca de qualidade da empresa.

Querem meter o machado na estrutura da Copasa em todo o Estado, encolhendo o tamanho da empresa, que poderá facilitar a vida de empresários que pretendem investir em serviços públicos para encherem seus cofres.

REPOSIÇÃO DE VAGAS

Menos de 800 trabalhadores aderiram ao Programa de Desligamento Voluntário Individual (PDVI), bem menos do que a expectativa mínima de 1.800 declarados pela empresa.

Temos, no entanto, graves motivos de preocupação, pois o objetivo da empresa de reduzir custos foi atingido com adesão de aposentados e aposentáveis de altos salários, mas que representam também trabalhadores altamente qualificados e que fazem parte de uma memória funcional e estrutural da

empresa.

Não podemos admitir que tais postos sejam extintos e, ao contrário, as vagas sejam repostas, com treinamento de pessoal e oportunidade de crescimento profissional.

Grande número de trabalhadores foi tirado de suas funções e colocado como “trans”, ou seja, à disposição, numa situação de constrangimento, companheiros experientes e que podem ser perfeitamente alocados em posições estratégicas e necessárias na empresa.

Em nome da contenção de custos, a Copasa não pode encolher, sob risco de perder concessões de serviços por todos os municípios onde tem contratos em Minas Gerais. O sindicato luta para impedir processos fraudulentos como este agora de Montes Claros ou, recentemente, como o de Almenara, garantindo os serviços públicos de saneamento como um patrimônio do povo, obrigação e responsabilidade do Estado.

O alerta e a cobrança de posição social serve à administração da Copasa e também ao governador de Minas, eleito pelos compromissos sociais que apresentou em campanha.



Ano novo para renovar nossas lutas!

2016 bate à nossa porta com desafios que exigirão nossa unidade e empenho para defendermos direitos conquistados e avançarmos em condições justas de trabalho e remuneração.

As festas de fim de ano são uma oportunidade de reflexão sobre nossas metas, nossa missão como trabalhadores e pais de famílias por uma sociedade mais justa, democrática, sem golpes contra nossos direitos trabalhistas e constitucionais.

Desejamos a todos os brasileiros toda luz sobre a nossa consciência para defendermos com responsabilidade tudo que conquistamos com nossa luta ao longo dos anos.

Feliz e próspero 2016

Consciência coletiva e social

José Maria dos Santos

Encerramos um ano conturbado para todos nós, se consideramos as grandes dificuldades e transtornos vividos no País, mas podemos celebrar os resultados da nossa luta para melhorar nossas condições de trabalho e preservação dos nossos direitos.

Ao contrário de muitas categorias profissionais, que amargam salários com “reajuste zero”, celebramos um acordo coletivo importante, resguardando o valor real de nossa renda.

Tivemos especificamente em nossa base uma situação absolutamente nova. Depois de mais de uma década de governos tucanos em que a Copasa progrediu no sucateamento de suas estruturas, assumiram o Governo de Minas e a direção da empresa novos gestores com o compromisso de inversão de prioridades e resgatar as responsabilidades sociais no Estado. A herança encontrada foi trágica, a começar por uma crise hídrica, que estava abafada e sobre a qual nada foi realizado para impedir o forte



impacto sobre a população.

O rombo deixado exigia medidas de impacto para sanear as contas do Estado e da Copasa. Nos mobilizamos e fizemos de tudo para que esta conta não recaísse sobre as costas dos trabalhadores e tivemos pleno êxito em nossas lutas.

Os desafios, no entanto, são muito maiores. Além dos nossos interesses coletivos imediatos como categoria tivemos que nos ater em ações de defesa da sociedade, ameaçada por várias tentativas de golpes institucionais camuflados de crises de

origem econômica, num esforço para fazer vingar a tese do “quanto pior melhor”.

Superamos 2015 com muito empenho, mas ameaças persistem e precisaremos da consciência de todos sobre o processo político e a conjuntura econômica vivida, para evitarmos retrocesso em conquistas sociais que alcançamos com muito custo.

Água do Rio Paraopebas recupera finanças da Copasa

A Copasa inaugurou dia 21 de dezembro a captação de água no Rio Paraopeba, em Brumadinho, com um volume de 5m³/s, pondo fim de vez com a crise hídrica na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Governo fez investimentos de R\$ 128,4 milhões na obra, 6,5 quilômetros de adutora de aço, com diâmetro de 1,5 metro, até a Estação de Tratamento de Água do Rio Manso, com previsão de garantir o abastecimento pelos próximos 20 anos.

Apesar de alertar a população de que a economia de água deve continuar sendo estimulada, a garantia de abastecimento metropolitano permitirá à Copasa um reequilíbrio em suas contas, que sofreram com o baixo consumo,

prevendo-se uma recuperação financeira da empresa.

Esta situação precisa ser considerada pela empresa para permitir o seu próprio crescimento, através de trabalhadores qualificados para um serviço essencial à população. Para isto é necessário que a Copasa programe a reposição das vagas abertas com os planos de desligamento e por aposentadorias voluntárias de trabalhadores. A melhor condição de caixa permite ainda que a empresa atenda as demandas emergenciais, readequar o Plano Carreiras, Cargos e Salários, assegurando a permanência dos profissionais experientes e qualificados na empresa.

Chega a hora de rediscutirmos o plano de saúde da categoria

Desde que a categoria aprovou o novo regulamento da Copass Saúde ficou previsto que o mesmo seria revisado a partir de um ano de funcionamento, ou seja, a partir de janeiro de 2016.

Chega a hora de todos os trabalhadores apontarem eventuais erros, buscarmos um ajuste de preço que tornem o plano de

saúde mais acessível, adequá-lo às novas realidades que melhor atendam aos interesses dos trabalhadores e de nossas famílias. Lutamos para que a Copass Saúde ofereça várias modalidades de planos, inclusive enfermaria, visando diminuir custo para os trabalhadores com o mesmo padrão de qualidade.

ANO DE CONQUISTAR UM PCCS

Os integrantes que representam os trabalhadores na comissão de estudos do PCCS participaram junto com técnico do Dieese de formatação de sugestões para o questionário que a Copasa passará aos trabalhadores em todo o Estado, onde coletará informações sobre as expectativas sobre o novo Plano de Carreiras, Cargos e Salários e as observações que queiram apresentar sobre o atual PCCS.

O documento original elaborado pela empresa foi considerado pelos nossos representantes como equivocado e que poderia induzir os trabalhadores a reiterarem políticas sobre as quais temos



muitas críticas e que pretendemos mudanças.

Este questionário deverá ser disponibilizado aos trabalhadores em breve pela empresa, mas apresentamos abaixo alguns pontos que consideramos determinantes na formulação do novo PCCS.

Pontos básicos para um PCCS transparente e justo

1. Reajuste da tabela salarial da Copasa, corrigindo defasagem em relação ao mercado;
2. Os trabalhadores não podem mais ser penalizados com a quebra de isonomia de salários para as mesmas funções dentro da empresa. Desta forma, exigimos o fim da política de porte sobre os salários, acabando com as diferenças de salários em todo o Estado, como fez a Sabesp, em São Paulo, que eliminou os salários regionais em acordo com o Sindicato local;
3. Abrir no PCCS a possibilidade da transposição para provimento de cargos vagos através de concurso interno com os trabalhadores habilitados para tais vagas;
4. Estabelecer uma política transparente de crescimento profissional aos trabalhadores definindo no PCCS uma tabela de progressão horizontal e vertical

por mérito e antiguidade; Formas de provimento de postos vagos (progressão funcional, seleção interna, transferência e concurso público);

5. Estabelecer forma de progressão na carreira por evolução de aprendizagem;
6. Formas de avaliação de desempenho entre os colegas de trabalho, com peso na avaliação e não apenas pela avaliação do gerente;
7. Equiparação salarial entre os empregados da capital e do interior, acabando com os portes, já que são executados os mesmos serviços com salários desiguais, independentemente da maior quantidade de ligações de água e esgoto, vazões e número de economias, uma vez que os empregados de portes menores executam várias outras atividades;

ESQUEMAS DE



Tribunal suspende novamente licitação irregular da Prefeitura de Montes Claros

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) determinou na última sexta-feira, 18 de dezembro, a suspensão cautelar do edital de Concorrência Pública 047/2015, promovida pela Prefeitura Municipal de Montes Claros (...) devendo o gestor abster-se de quaisquer atos pertinentes ao certame até o pronunciamento do TCE em sentido contrário.

O presidente e os membros da Comissão de Licitação, além de assessor jurídico da Prefeitura de Montes Claros, foram intimados a cumprirem a determinação do Tribunal de Contas e dado prazo de cinco dias de juntada de documentos da suspensão da

concorrência, sob pena de multa de R\$ 10.000,00.

TRUCULÊNCIA DO PREFEITO

O prefeito do município, Ruy Muniz decidiu ir para o enfrentamento com TCE, não reconheceu os motivos da decisão do Tribunal, em 13 de outubro/2015, quando suspendeu o primeiro edital de licitação. O prefeito repetiu as mesmas irregularidades

em novo edital licitante para abertura de propostas no dia 23 de dezembro. Em clara manobra que afronta a decisão da corte, o prefeito mandou publicar edital com os mesmos objetivos que



PRIVATIZAÇÃO

levaram à primeira suspensão. No novo edital “foram mantidos todos os itens do anterior, com a exceção da exclusão da limitação do número de consorciados, bem como a redução do valor da outorga”. O edital desrespeita ainda a Lei 8666/93, de forma a viciar o processo licitatório, além de outras questões relativas à Copasa, que tem patrimônio construído para operar os serviços de saneamento no município de Montes Claros.

Como já se tornou habitual, o prefeito mantém firme sua fama de tratorar tudo e a todos, não respeitando leis, fazendo chacota sobre quem aponta irregularidades e tentando se impor pela força. A Prefeitura Municipal veiculou um documento intitulado “Comunicado Importante”, onde afirma que a concorrência “transcorrerá normalmente no dia 23/12/2015” e se refere à decisão do Tribunal de Contas do Estado, que teria apontado “uma imaginária irregularidade no edital da concorrência 047/2015”, afirmando que o conselheiro do TCE teria sido induzido.

Em decisão tomada na segunda-feira, dia 21, o prefeito Ruy Muniz acabou por suspender a licitação do dia 23, mas fala à boca miúda que forçará um novo contrato na virada do ano com empresa que substituiria a Copasa nos serviços de saneamento em Montes Claros. No seu comunicado faz alusão a interrupção de contrato com a Copasa e deixa implícito seu tom de ameaça para conseguir seu intento de privatizar os serviços no município

MOBILIZAÇÃO CONTRA A FRAUDE



O SINDÁGUA está mobilizando os trabalhadores e a sociedade em Montes Claros para exigirmos o respeito e o cumprimento da lei pelo prefeito Ruy Muniz, que age como coronel, afrontando a todos e mandando recado de sua truculência para juízes e todas as instâncias de fiscalização.

As irregularidades cometidas pelo coronel Muniz não se resumem apenas à licitação fraudulenta que objetiva impor ao povo de Montes Claros, tentando levar uma empresa privada para gerir os serviços de água e esgotos no município, que, segundo informações do jornal a Gazeta, seria a empresa Águas do Brasil, tida como virtual ganhadora da licitação.

Vamos reagir a mais esta irregularidade do prefeito, que já vem prejudicando a população com o sumiço do dinheiro do SUS e quer penalizar ainda mais o povo com o saneamento, sacrificando ainda mais as condições de saúde de Montes Claros e Região.

ENTREGUISMO PARA A PRIVATIZAÇÃO

Além da guerra contra os desmandos do “coronel Ruy”, em Montes Claros, os trabalhadores e a sociedade mineira tiveram embates importantes neste ano para proteger os serviços públicos essenciais da sanha da iniciativa privada, sempre o mesmo grupo articulando com prefeitos para tomar serviços.

Em um deles aconteceu o pior. Por negligência da administração passada da Copasa e ação truculenta do prefeito de Pará de Minas, os serviços de saneamento do município caíram nas mãos da iniciativa privada. A mesma articulação tentou abocanhar os serviços em Santa Luzia e conseguimos com muita mobilização e

ações na Justiça proteger o interesse público da população.

Além de Montes Claros, onde o coronelismo corre solto, foi tentado tomar os serviços da Copasa em Ubá. Em ambas as cidades o espírito público e decisões do Tribunal de Contas impediram a tragédia da privatização.

Precisamos, no entanto, de intensa mobilização do SINDÁGUA, cobrando ações nas câmaras municipais e audiências públicas e envolvendo a população nos debates.

Nossas vitórias foram maiores, mas fica um alerta para a Copasa de que é preciso ampliar sua atuação para garantir contratos e serviços de qualidade nos municípios que opera.

VITÓRIA DA ISONOMIA

Copasa é condenada a pagar benefícios dos seus acordos coletivos nas Águas Minerais

O Sindicato alcançou mais uma grande vitória na Justiça em processo movido ainda na gestão passada da Copasa para que os trabalhadores das Águas Minerais tivessem os mesmos direitos consignados nos acordos coletivos de trabalho da empresa principal.

Processos distintos movidos pelo Sindicato cobrava a isonomia dos direitos conquistados em acordos coletivos na Copasa tanto para os trabalhadores das Águas Minerais quanto os da Copanor.

Em decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em 16 de dezembro alcançamos definitivamente esta conquista, que a direção anterior da Copasa fez de tudo para extorquir o direito dos trabalhadores contratando escritório jurídico a peso de ouro.

A decisão para os trabalhadores das Águas Minerais abre caminho para que o mesmo direito seja respeitado para os companheiros na Copanor. Embora a Copasa possa recorrer, esperamos que a empresa reconheça o direito dos trabalhadores.

Esta é a decisão do TST:

“ACORDAM os Ministros da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por divergência jurisprudencial e, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença que, a fim de preservar o princípio da isonomia, condenou a reclamada ao cumprimento das disposições dos acordos coletivos firmados pela COPASA S.A – Companhia de Saneamento de Minas Gerais, conferindo aos trabalhadores da Copasa Águas Minerais de Minas S/A os mesmos direitos e vantagens constantes nas referidas normas coletivas firmadas pela COPASA S.A.”

PDVI com todos os direitos nas verbas rescisórias

Os trabalhadores que se desligam da empresa através do Programa de Desligamento Voluntário Individual (PDVI) já estão comparecendo ao SINDÁGUA desde o último dia 17 de dezembro para fazerem suas homologações de rescisões de contratos com a empresa.

De início, surgiu uma dúvida sobre a incidência da indenização que precisava ser sanada e que levava aos trabalhadores a fazerem ressalvas no documento de homologação.

O Sindicato procurou a direção da Copasa para esclarecimento sobre o procedimento que a empresa

adotaria para os acertos com estes trabalhadores, de forma a tranquiliza-los que as ressalvas não levassem a empresa a depositar os acertos em consignação na justiça, até transitada em julgado qualquer ação para garantir as demandas em torno das verbas rescisórias. Argumentamos à presidenta da Copasa, Sinara Meireles, que os trabalhadores não poderiam ser tolhidos de apresentarem qualquer ressalva, seja de verbas relativas a horas extras ou quaisquer demandas de cálculos nas rescisões, como também relativos a valores da indenização pela adesão ao PDVI.

A presidenta da empresa garantiu que a Copasa fará o acerto normalmente nas contas dos trabalhadores dos valores explicitados nos documentos da rescisão e eventuais erros serão corrigidos sem nenhuma ação da empresa de travar pagamentos com depósitos na Justiça.

As homologações cumprirão o procedimento habitual, resguardando o pleno direito de cada companheiro à reclamação através de ressalvas por quaisquer pontos em que tenham dúvidas e solicitem a reparação.

LAMA DE CORRUPÇÃO EXIGE LUTA PELOS DIREITOS



A sociedade brasileira e os trabalhadores em especial passamos um momento de profunda insegurança diante da disputa política e roubalheira que paralisou o País.

Temos uma total liberdade de ação, investigação e fiscalização, que impede que a sujeira seja escondida debaixo de tapetes.

Assistimos um momento crítico de ações no Congresso Nacional para inviabilizar uma recuperação institucional e econômica do País, transformando Brasília num campo de batalha, contaminando todo o País.

Temos ao mesmo tempo uma economia que sofre as consequências da tragédia política, com as empresas mais conceituadas na construção estrutural do País envolvidas nos escândalos de corrupção que vão sendo desvendados. Por serem gigantescas, estas empreiteiras que sofreram baques, com seus executivos na cadeia, levaram na enxurrada centenas de outras empresas que viviam como satélites de todos os negócios realizados dentro e fora do País.

Para piorar ainda a situação, um patronato atrasado, que só pensa em explorar os trabalhadores e extorquir direitos, vem se aproveitando para garantir os seus lucros, jogando sobre nossas costas o ônus desta bandalheira. Se

aproveitam da "propaganda da crise" para sonegar suas responsabilidades, dificultar negociações dos trabalhadores nos acordos e convenções coletivas, brandindo o "reajuste zero" nos salários e ameaças de demissões como argumento.

Estas mesmas empresas furtaram as oportunidades oferecidas pelo País durante as "vacas gordas" (redução da taxa de IPI, redução da energia elétrica, desoneração de folhas de pagamento), pouco investiram nas condições de trabalho, na melhoria dos serviços, no seu próprio crescimento. Extasiaram com os lucros gigantescos e agora querem manter os seus ganhos com a falácia de redução de custos, que nunca aponta para suas mordomias e luxos, mas apenas para os direitos dos trabalhadores e nossas já sacrificadas famílias.

Esta, sem dúvida, será a herança de 2015 para 2016, que exigirá uma mobilização intensa dos trabalhadores e de toda a sociedade brasileira contra o retrocesso de nossos direitos constitucionais e trabalhistas, ameaçados pela politicada corrupta e pelo patronato oportunista.

Nossa luta começa cedo e necessitamos do empenho e da mobilização de todos os companheiros para protegermos os direitos conquistados e exijamos salários decentes e condições humanas de vida para nossas famílias.

A morte no vale do rio que era doce no maior crime contra a natureza no País

A tragédia imaginada veio muito antes. Mas ela vinha sendo reiteradamente anunciada por tantos que defendemos o meio ambiente e os mananciais de água potável, numa luta desigual com o poder das mineradoras.

O crime ambiental resultado do rompimento de barragem da Samarco em Mariana, sepultou na lama o distrito de Bento Rodrigues, progrediu pelo Rio Gualaxo até cair no Rio Doce e viajou quase mil quilômetros até a praia no Espírito Santo, num rastro de morte.

Nada mais é preciso ser dito sobre a devastação. Toneladas de peixes asfixiados num rio inundado de lama.

Esta tragédia reforça a nossa luta contra

projetos das mineradoras que devastam as condições ambientais, como nos projetos da Serra da Gandarela e tantos outros fadados a matar fauna, flora e todos os recursos naturais para uma vida saudável.

Exigimos punição e reparação deste crime, responsabilizando exemplarmente os culpados, os negligentes na fiscalização e todos que colaboraram para esta tragédia, que pode não ser a última, pois temos ainda outras barragens em estado precaríssimo e ameaçador. Nos mantemos nesta luta pela vida, contra a dilapidação da natureza e nos manifestamos com algumas das imagens tristes que inudam as redes sociais.

Mário

Charge de Mário Tarcitano publicada no jornal Tribuna de Minas



Imagens reproduzidas da internet